

Ouvidos o Comando-Chefe das Forças Armadas, a Direcção Provincial dos Serviços de Veterinária, o Instituto de Investigação Veterinária e o Conselho Económico e Social;

Usando da competência atribuída pelo artigo 151.º da Constituição, conforme o voto do Conselho Legislativo, o Governador-Geral de Moçambique determina o seguinte:

Artigo 1.º — 1. Os médicos veterinários militares, quando autorizados pelo Comandante da Região Militar de Moçambique, por proposta da Direcção Provincial dos Serviços de Veterinária ou do Instituto de Investigação Veterinária, podem, por despacho do Governador-Geral, publicado no *Boletim Oficial*, ser autorizados a exercer, onde necessário, cumulativamente com as suas atribuições militares e sem prejuízo destas, funções nos serviços referidos.

2. As autorizações serão concedidas tendo em atenção as atribuições militares dos mesmos médicos veterinários, por forma a que a sua rendição ou rotação não produza descontinuidade.

Art. 2.º Além dos médicos veterinários, o pessoal auxiliar militar da especialidade poderá também prestar serviço nas delegações de sanidade pecuária e outros órgãos regionais dos Serviços de Veterinária ou do Instituto de Investigação Veterinária, nas condições expressas no artigo anterior.

Art. 3.º — 1. Os médicos veterinários civis e pessoal civil auxiliar da especialidade poderão ser autorizados, com parecer favorável da Direcção Provincial dos Serviços de Veterinária, por proposta do Comandante da Região Militar de Moçambique, a exercer, onde necessário, cumulativamente com as suas atribuições e sem prejuízo destas, funções nos órgãos dos Serviços de Saúde Militar, nomeadamente inspecção de alimentos.

2. As autorizações serão concedidas tendo em atenção as atribuições civis dos mesmos médicos veterinários, por forma a que a sua substituição não produza descontinuidade.

Art. 4.º Os médicos veterinários da actividade privada e de outros serviços ou organismos oficiais, com prévia autorização destes e proposta da Direcção Provincial dos Serviços de Veterinária ou do Instituto de Investigação Veterinária, poderão, por despacho do Governador-Geral, publicado no *Boletim Oficial*, ser autorizados a exercer funções, onde necessário, auferindo as gratificações previstas no n.º 1 do artigo 5.º

Art. 5.º — 1. Os médicos veterinários e pessoal auxiliar da especialidade, militares e civis, abrangidos por este diploma, serão remunerados com as seguintes gratificações mensais:

Médicos veterinários especialistas ou desempenhando funções de delegados de sanidade pecuária .....	5 000\$00
Médicos veterinários desempenhando funções de adjuntos do delegado de sanidade pecuária e inspectores de alimentos ou exercendo funções docentes .....	4 000\$00
Auxiliares ou enfermeiros de veterinária .....	1 000\$00

2. As gratificações serão pagas pelas entidades a quem forem prestados os serviços.

3. Adquire-se o direito à percepção da gratificação com o início das funções, independentemente de quaisquer formalidades.

4. As gratificações não são acumuláveis entre si.

Art. 6.º O Secretário Provincial de Terras e Povoamento e o Comandante da Região Militar de Moçambique no-

mearão uma comissão encarregada de elaborar as normas regulamentares do presente diploma.

Art. 7.º Este diploma entra imediatamente em vigor, independentemente do trabalho da comissão referida no artigo anterior.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Residência do Governo-Geral, em Lourenço Marques, aos 25 de Maio de 1971. — O Governador-Geral, *Eduardo de Arantes e Oliveira*.

### Diploma Legislativo n.º 46/71

Tornando-se conveniente alargar as áreas de protecção da natureza da Província, de forma a envolver nelas zonas oferecendo a maior gama de características ecológicas possível;

Considerando que se torna necessário proteger determinadas espécies faunísticas, em risco de desaparecimento, tais como a tartaruga gigante e o dugongo — *Dugong-dugon* (Moçambique) —, ainda abundantes nas águas do arquipélago do Bazaruto;

Em execução do artigo 133.º do Decreto n.º 40 040, d. 20 de Janeiro de 1955, e considerando o disposto no artigo 9.º do Diploma Legislativo n.º 2496, de 4 de Julho de 1964;

Ouvidos o Conselho de Protecção da Natureza e o Conselho Económico e Social;

Usando da competência atribuída pelo artigo 151.º da Constituição, conforme o voto do Conselho Legislativo, o Governador-Geral de Moçambique determina o seguinte:

Artigo 1.º É criado o Parque Nacional do Bazaruto.

Art. 2.º O Parque Nacional do Bazaruto é constituído pelas ilhas de Santo António, Santa Isabel e Bangué, fazendo parte do arquipélago do Bazaruto e tendo como limites de águas uma faixa de três milhas a contar dos seus contornos terrestres em baixa-mar de águas vivas.

Art. 3.º Fica considerada em regime de vigilância especial a ilha do Bazaruto, nos termos da alínea e) do artigo 8.º do Diploma Legislativo n.º 2496, de 4 de Julho de 1964, com interdição absoluta de ali se caçar qualquer espécie faunística.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Residência do Governo-Geral, em Lourenço Marques, aos 25 de Maio de 1971. — O Governador Geral, *Eduardo de Arantes e Oliveira*.

### Portaria n.º 519/71

Considerando que os equipamentos de mergulho de circuito fechado são aparelhos cuja utilização por indivíduos não habilitados põe em risco a vida dos utilizadores;

Considerando que a pesca submarina com escafandro autónomo e semiautónomo é susceptível de destruir completamente mananciais de espécies marinhas;

Sob proposta da Direcção Provincial dos Serviços de Marinha;

Ouvidos a Missão de Estudos Bioceanológicos e de Pescas de Moçambique e o Conselho Económico e Social;

No uso da competência atribuída pelo artigo 155.º da Constituição, o Governador-Geral de Moçambique manda:

Artigo 1.º — 1. É proibido, na área sob a jurisdição das autoridades marítimas, o uso de aparelhos de mergulho de circuito fechado.